

PM ganha nova política salarial

OBJETIVO É DAR SEGURANÇA À CATEGORIA, QUE PERDEU VÍNCULO SALARIAL COM AS FORÇAS ARMADAS

Chegou ao fim o trabalho da comissão, composta por membros do governo federal e do Palácio do Buriti, que vai definir a nova lei de pagamento dos policiais militares e bombeiros de Brasília. Com isso, a área de segurança do DF voltará a ter uma política bem definida de remuneração, o que não existia desde 29 de dezembro do ano passado, quando uma medida provisória acabou com a vinculação dos aumentos da polícia de Brasília aos reajustes concedidos às Forças Armadas.

O anúncio dos detalhes da nova política será feito pelo governador Joaquim Roriz, assim que o Palácio do Planalto der o sinal verde. Mas uma coisa já é certa: mesmo

sem a vinculação com as Forças Armadas, os PMs e bombeiros do DF não vão sair perdendo.

Pelo contrário: os cabos e soldados ganharão em breve um percentual de aumento ainda maior do que o recebido, em 2000, pelos cabos e soldados do efetivo variável do Exército, ou seja, aqueles que prestam serviço militar mas não são do quadro efetivo das Forças Armadas. Só falta definir os índices exatos e a data do reajuste (que vai valer para todos os PMs e bombeiros da ativa e aposentados).

Da comissão, fizeram parte dois representantes da Presidência da República e dois do GDF, sendo um da Secretaria de Gestão Administrativa e outro da Secretaria da Fazenda). Assim que o presidente Fernando Henrique Cardoso avaliar o relatório dessa comissão e der o sinal verde para o GDF, Roriz vai poder anunciar as novidades.

"Acredito que, brevemente, teremos notícias muito boas", disse o secretário de Segurança Pública, Athos

Costa. "A comissão que tratou do assunto é muito competente, e, por isso, teremos uma forma de beneficiar os servidores sem sobrecarregar os cofres públicos", completou Athos. "Não vamos falar numa data, nem nos índices exatos, para não criar expectativas. Mas o reajuste deverá ser, em média, o mesmo das Forças Armadas", avaliou.

Embora o aumento seja, em média, igual ao das Forças Armadas (de 28,3%), parte do efetivo vai ter reajustes em percentuais ainda maiores do que o concedido, em 2000, ao Exército, Marinha e Aeronáutica.

O motivo é simples: os cabos e soldados não-efetivos das Forças Armadas já vinham recebendo reajustes nos últimos seis anos, proporcionais aos aumentos do salário-mínimo.

Por isso mesmo, eles não receberam os 28,3% quando veio o aumento do ano passado. Ganharam apenas um aumento simbólico — bem menor do que aquele que será dado aos cabos e soldados da PM de Brasília.